



## Dinâmica do *fact-checking* em narrativas de jornalismo científico

Maurício Guilherme Silva Jr.<sup>1</sup>

Leonardo Amorim<sup>2</sup>

Centro Universitário de Belo Horizonte (UniBH)

**Resumo:** A apropriação do discurso científico pelo Jornalismo requer a (trans)criação das especificidades do “universo” da ciência em narrativas outras, que ultrapassem modos próprios ao dizer de mundo e aos rigores técnicos-formalistas da comunicação entre pares especializados. Com base em tais princípios, pretende-se, no presente artigo, a análise de iniciativas do site americano *FactCheck.org* – e, de modo específico, do *SciCheck* –, com o intuito de problematizar os mecanismos de *fact-checking* como processos de transcrição jornalística do discurso científico, capazes de promover interseções entre o público “leigo” e o (por vezes, complexo) universo da ciência. Para tal, foram selecionadas 11 checagens, publicadas entre os dias 5 de maio e 19 de julho de 2017.

**Palavras-chave:** jornalismo; jornalismo científico; transcrição; *fact-checking*.

### 1. Introdução

Dizer a ciência por meio de narrativas menos cartesianas e mais palatáveis – sob a ótica de públicos diversos – talvez seja um dos maiores desafios para os profissionais ligados aos desafios da divulgação de saberes. Bertolli Filho (2006) lembra que, ao se promover a associação específica entre jornalismo científico e linguagem, repórteres e

---

<sup>1</sup> Doutor em Estudos Literários (UFMG/2012), com pós-doutorado em Comunicação Social (UFMG/2015), é professor do curso de Jornalismo do Centro Universitário de Belo Horizonte (UniBH) e do Centro Universitário UNA. Integra o Programa de Comunicação Científica e Tecnológica da Fapemig, por meio do qual é editor da revista *Minas Faz Ciência*. E-mail: [mgsj@uol.com.br](mailto:mgsj@uol.com.br).

<sup>2</sup> Formado em Jornalismo pelo Centro Universitário de Belo Horizonte (UniBH). E-mail: [leonardoamorim58@yahoo.com.br](mailto:leonardoamorim58@yahoo.com.br).

.....

editores transfiguram-se em mediadores “entre o discurso produzido pela ciência e o público leigo”. O autor problematiza tal questão por meio de Praticco (2003)<sup>3</sup>:

O empenho em produzir textos endereçados ao “leitor comum” remete os questionamentos para uma das mais discutíveis e corriqueiras observações sobre a prática do jornalismo científico: é o profissional atuante nesta área apenas um “tradutor” (esse é o termo comumente utilizado pela maior parte das análises) do discurso científico para um vocabulário inteligível pelo homem do povo? (PRATICCO, 2003 *apud* BERTOLLI FILHO, 2006, p. 4).

Amorim e Massarani (2008) destacam que o jornalismo científico é admitido como um dos principais artifícios de divulgação das ciências, ao atuar na “difusão de conhecimento sobre as novidades, importância e incertezas da ciência” (AMORIM; MASSARANI, 2008). Já Silva Jr. e Antunes (2016), em conformidade ao princípio de acesso universal aos avanços e práticas da ciência, explicitam que a visibilidade de um fato científico decorre de sua publicação.

Com base em Santos (1989)<sup>4</sup>, os autores salientam, ainda, que o jornalismo científico deve se ocupar, necessariamente, em desdogmatizar as práticas científicas – uma vez que a construção das ciências não se dá por meio de certezas absolutas. No ver dos pesquisadores, tal campo do conhecimento evoca (e se alimenta de) dúvidas. Do mesmo modo, a inquirição acerca da vida serve de *leit motiv* à produção de narrativas jornalísticas acerca de práticas e teorias científicas.

Amorim e Massarani (2008) ressaltam outra funcionalidade primordial ao jornalismo científico: auxiliar os cidadãos a formar opiniões conscientes sobre temas os mais diversos, posto que as informações científicas – quanto divulgadas pela imprensa – causam impacto no cotidiano dos cidadãos. Eles se amparam em Moreira (2004)<sup>5</sup>, para abordar a importância de tal papel:

A ciência e a tecnologia permeiam, hoje, a vida de todos nós. A resolução dos graves problemas sociais e econômicos que afetam o nosso país tem nelas um

---

<sup>3</sup> PRATTICO, Franco. **Los malentendidos de la divulgación científica**, 2003.

<sup>4</sup> SANTOS, Boaventura de Souza. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

<sup>5</sup> MOREIRA, Ildeu de Castro. A divulgação científica no Brasil. **Revista da FAPEMIG**, nº 18, 2004.

pré-requisito indispensável. Para a cidadania, é importante que cada um tenha a oportunidade de adquirir conhecimento básico sobre a ciência e seu funcionamento que lhe possibilite entender o seu entorno, ampliar suas oportunidades no mercado de trabalho e atuar politicamente com conhecimento de causa. A divulgação científica tem um papel importante neste contexto. Na formação permanente de cada pessoa, no aumento da qualificação geral científico-tecnológica e na criação de uma cultura científica no âmbito maior da sociedade. Tem, ainda, um papel complementar ao ensino formal de ciências, reconhecidamente deficiente em nosso país (AMORIM; MASSARANI, 2008, p. 74-75 *apud* MOREIRA, 2004).

A práxis do jornalismo científico exige atenção no que tange às suas especificidades, tendo em vista que a ciência é um patrimônio de todos. Com base em Destácio (2000)<sup>6</sup>, Silva Jr. e Antunes (2016) elencam uma série de premissas – pautadas em questões éticas, sociais, culturais, formais e linguísticas – desenvolvidas por três pesquisadores: Manuel Calvo Hernando, Oswaldo Frota-Pessoa e Cássio Leite Vieira.

Dentre os tópicos destacados pelos autores, estão a disseminação dos descobrimentos e seus respectivos valores para a humanidade, a distinção entre especulação e resultado, a valorização da “ciência pura”<sup>7</sup>, a humanização dos relatos, o tratamento sobre um assunto de cada vez e a denúncia de práticas pseudocientíficas.

Os resultados científicos devem ser divulgados em amplitude – ou seja, a diversos públicos. Tais pesquisadores justificam a ciência como “produção do saber capaz de alterar, significativamente, o cotidiano dos indivíduos” (SILVA JR.; ANTUNES, 2016). Portanto, a partir do momento em que o discurso científico transpassa o ambiente de centros de pesquisa e laboratórios, as ciências devem dialogar, democraticamente, com múltiplos estratos e classes sociais.

Bertolli Filho (2006) frisa que muitos jornalistas optam por usar estratégias para construção e redefinição de linguagens específicas, a fim de facilitar a comunicação das ciências ao público leigo. Segundo o pesquisador, é bastante comum encontrar metáforas e analogias nas searas narrativas do jornalismo científico. Bertolli Filho (2006) revela certa preocupação, por parte dos cientistas, em relação a tal prática:

---

<sup>6</sup> DESTÁCIO, Mauro Celso. Breve ensaio sobre as peculiaridades do texto de divulgação científica. In: **Revista eletrônica Espiral**. Ano 1, nº 4 – julho - setembro, 2000. Seção Papiro.

<sup>7</sup> Referência à ciência de linhagem teórica, abstrata.

O emprego de tais recursos são, via de regra, execrados pelos cientistas que, com frequência, afirmam que “não declararam” aquilo que aparece na imprensa como sendo fruto de seu depoimento e, mais ainda, que o uso de metáforas e analogias pode levar a erros e simplificações interpretativas de suas ideias e, em resultado, deporem contra o próprio entrevistado e a equipe de pesquisadores da qual faz parte (BERTOLL FILHO, 2006, p. 5).

“Traduzir” particularidades do mundo científico em narrativas jornalísticas implica, em verdade, exercícios de “transcrição”: a adoção de novas configurações –textuais, linguísticas, éticas e sociais – para produção de notícias e reportagens sobre as ciências. Conforme destacam Silva Jr. e Antunes (2016), guiados pelo horizonte teórico de Campos (2015)<sup>8</sup>, transcriar discursos resulta em recriações. Embasados, ainda, em Ricoeur (2011)<sup>9</sup>, os autores descartam a existência de traduções literais, “sem perdas e impossibilidades”.

Neste ponto, importante ressaltar que o intento do presente artigo consiste na apresentação do *fact-checking* (ou “checagem de fatos”) como processo eletivo de transcrição das narrativas jornalísticas sobre as ciências. A partir do neologismo “transcrição”, desenvolvido por Campos (2015), e discutido por Silva Jr. e Antunes (2016), almeja-se investigar o *fact-checking* como mecanismo de decodificação jornalística do discurso científico. Além disso, as formulações de Ricoeur (2011) e de Paes (1995)<sup>10</sup> – também abordadas por Silva Jr. e Antunes (2016) –, em torno dos mecanismos de “tradução” e “transleitura”, hão de complementar a análise aqui pretendida.

O objeto empírico do presente artigo é o *SciCheck*, projeto do site norte-americano *FactCheck.org*, que se dedica à checagem de afirmações científicas, proferidas por personalidades políticas dos Estados Unidos. A ideia é mostrar a atuação da iniciativa na desmistificação de fatos científicos, por meio de matérias que traduzem/transcriam novas versões para tais fatos. Isto é, a transcrição autoral de narrativas que seguem na contramão dos fatos amplamente divulgados como “verdadeiros”, ao questionar sua ve-

---

<sup>8</sup> CAMPOS, Haroldo. **Transcrição**. Marcelo Tápia, Thelma Médici Nóbrega (Org.). São Paulo: Perspectiva, 2015.

<sup>9</sup> RICOEUR, Paul. **Sobre a tradução**. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

<sup>10</sup> PAES, José Paulo. **Transleituras**. São Paulo: Ática, 1995.

.....  
racidade e sua procedência, por meio da prática de checagem – de modo a oferecer, assim, uma espécie de “lado B”, ou “os outros lados das histórias”.

## 2 “Transcrição”, “tradução” e “transleitura”

O termo “transcrição” foi elaborado pelo crítico, escritor e professor Haroldo Campos (1923-2003), com vistas à “discussão dos complexos mecanismos de tradução de textos literários” (SILVA JR.; ANTUNES, 2016, p. 4). Com base em Santaella (2005)<sup>11</sup>, os autores afirmam que o conceito surgiu com o intuito de explicar as premissas acerca da “tradução criadora”. Pontuam, ainda, que a semiologia foi o cerne dos trabalhos de Campos sobre transcrição, em obras *Da transcrição: poética e semiótica da operação tradutora* e *Tradução/Transcrição/Transculturização*.

Com respaldo em Tápia (2015)<sup>12</sup>, Silva Jr. e Antunes (2016) destacam o engajamento de Campos no entendimento da tradução como processo análogo à própria criação. Segundo os pesquisadores, a ideia do teórico era desacreditar a simplificação de mecanismos tradutórios com base “em processos de recriação estética”, vinculados à noção de isomorfismo – que trabalha com a possibilidade de junção entre as línguas de “chegada” e “partida”.

Ao recorrer a Tápia (2015), Silva Jr. e Antunes (2016) salientam que, na perspectiva de Campos, a relação isomórfica preserva as minúcias de cada língua, mas, por outro lado, as linguagens se cristalizam dentro de um mesmo sistema. Ou seja: os textos original e traduzido, embora se distingam em termos de linguagem, são considerados corpos isomorfos.

Além disso, Silva Jr. e Antunes (2016) ponderam que a tradução de uma narrativa acarreta uma série de “transcrições”, a partir de novos contextos. Isto é, tradução

---

<sup>11</sup> SANTAELLA, Lucia. Transcriar, transluzir, transluciferar: a teoria da tradução de Haroldo de Campos. In: MOTTA, Leda Tenório da. **Céu acima**: para um tombeau de Haroldo de Campos. São Paulo: Perspectiva, 2005.

<sup>12</sup> TÁPIA, Marcelo. Apresentação. In: CAMPOS, Haroldo. **Transcrição**. Marcelo Tápia, Thelma Médici Nóbrega (Org.). São Paulo: Perspectiva, 2015.

.....  
não se restringe à literalidade textual. A desenvoltura do “traduzir” inova – e implica em – recriações.

Para além do processo de “transcrição”, Silva Jr. e Antunes (2016) realizam aproximações com os conceitos de “tradução” e “transleitura”, cunhados, respectivamente, por Paul Ricoeur (1913-2005) e José Paulo Paes (1926-1998). A discussão de tais conceitos é capaz de amparar, contextualizar e ampliar certas reflexões acerca do fazer jornalístico no campo das ciências.

Apesar de Ricoeur (2011) tratar a tradução como prática decodificadora – de um idioma a outro –, Silva Jr. e Antunes (2016) enfatizam que o jornalismo científico e os discursos das ciências não estiveram no escopo dos estudos do filósofo francês. Os autores afirmam, porém, que lhes importa, em grande medida, a concepção de Ricoeur relativa à “aceitação de perdas” (LAVELLE, 2001 *apud* SILVA JR.; ANTUNES, 2016, p. 11) e à negação da possibilidade de “traduções perfeitas”.

Outro ponto destacado por Silva Jr. e Antunes (2016), acerca do posicionamento de Ricoeur (2011) quanto à “tradução”, é a importância da recorrência, pelo tradutor, à criatividade. Análogos a tal apontamento, os autores promovem associações entre os ofícios de tradução e transcrição (CAMPOS, 2015). Afinal, segundo os autores, no momento da tradução, as “impossibilidades linguísticas, semióticas ou culturais” exigem do tradutor o emprego de sua capacidade “recreativa”, “transcriadora”.

No que se refere à tradução do “discurso divulgador das ciências”, as observações de Bertolli Filho (2006) aproximam-se da essência “transcriadora” de Campos (2015). O autor salienta que Zamboni (2001) não considera a tradução jornalística da ciência como “adaptação do discurso-fonte, mas sim [*como*] algo novo e original” (ZAMBONI, 2011 *apud* BERTOLLI FILHO, 2006, p. 4).

A decodificação jornalística das ciências é abordada por Silva Jr. e Antunes como um desafio, uma vez que, no exercício de tal função, deve-se “conservar o rigor e a natureza própria às ‘estrangeiridades’ [...] e estimular o leitor [...] a compreender e a se apropriar do discurso ‘traduzido’” (SILVA JR. ; ANTUNES, 2016, p. 12). Justamente em tal panorama, os autores elucidam o conceito de “transleitura”, criado por Paes

.....

(1995). Trata-se de “complexo sistema”, ligado à multiplicidade de interpretações possíveis – no caso, acerca de obras literárias –, devido às múltiplas referências e experiências de cada leitor.

A partir do viés de Paes (1995), Silva Jr. e Antunes sublinham o poder da “transleitura” de acionar memórias de quem lê determinada obra. Afirmam, então, que os leitores são, naturalmente, “transleitores”, posto que “trazem à lembrança” não apenas outros textos e artigos já lidos e/ou estudados acerca de temas especializados, mas, também, “inúmeras experiências vivenciadas, ao longo dos anos, em relação à prática e ao discurso científico” (SILVA JR.; ANTUNES, 2016, p. 14).

Em relação à transcrição no campo do jornalismo, os autores avaliam como fundamental “transcriar” o discurso científico para públicos não-especializados. Destacam, ainda, a necessidade de compreender o “universo” no qual o público-alvo está compreendido: o contexto onde o “material traduzido” será consumido. A heterogeneidade é marca inerente à composição dos públicos consumidores de informação científicas, pois são sujeitos diferentes, providos “de (trans) experiências diversas sobre o tempo, a vida e [...] as práticas científicas” (SILVA JR.; ANTUNES, 2016, p. 14).

### **3 *Fact-checking*: novos horizontes**

Segundo Pomares e Gúzman (2014), o *fact-checking* se caracteriza como atividade cujos esforços se voltam à verificação do discurso público. As autoras salientam que é de competência da prática outorgar “diferentes graus de precisão às declarações públicas de líderes políticos e sociais” (POMARES; GÚZMAN, 2014, p. 1, tradução nossa)<sup>13</sup>. Além disso, as pesquisadoras ressaltam que as organizações de *fact-checking* compartilham um objetivo em comum: disponibilizar informações “mais precisas”. Entretanto, cada entidade revela propósitos específicos, como melhoria qualitativa do dis-

---

<sup>13</sup> “Fact-checking organizations (FC) verify public discourse by as signing different degrees of accuracy to the public statements of political and social leader”.

.....  
curso público, incentivo à responsabilização dos atores políticos e maior participação cívica na construção da agenda pública.

Consensualmente, os estudiosos mencionam os Estados Unidos como cenário principal do desenvolvimento do *fact-checking*. Marietta, Backer e Bowser (2015) pontuam que a prática de checar fatos ascendeu entre o período de invasão do Iraque, pelas tropas americanas, em 2003, e a eleição de Barack Obama, em 2008. Os autores citam a fundação da primeira instituição de checagem: o *FactCheck.org*, lançado em dezembro de 2003.

No ver dos autores, a inauguração foi capitaneada pelo jornalista Brooks Jackson e por Kathleen Hall Jamieson, diretora do *Annenberg Public Policy Center*, entidade de pesquisa ligada à Universidade da Pensilvânia. Os pesquisadores destacam o surgimento de outras duas agências de *fact-checking*, quatro anos após a criação do *FactCheck.org*: o *PolitiFact*, do periódico *St. Petersburg Times*, e o *Fact Checker*, do *Washington Post* – principais iniciativas americanas de *fact-checking*, com projeção nacional.

O sucesso da checagem de fatos tem repercutido fora dos limites norte-americanos. A prática jornalística encontra-se em processo de consolidação e crescimento global. O *Duke Reporter's Lab*, laboratório da Universidade Duke (EUA), monitora, em ambiente virtual, o crescimento de projetos de *fact-checking* em todos os continentes. Atualmente, o site registra 126 iniciativas de checagem em operação no mundo<sup>14</sup>. De acordo com o *Duke Reporter's Lab*, em três anos, a quantidade de projetos ativos dobrou. Quando o laboratório fez a contagem pela primeira vez, em 2014, apenas 44 iniciativas trabalhavam com checagem.

Mesmo como prática jornalística relativamente jovem, e ainda em maturação, o *fact-checking* tem vertentes fulcrais no que tange a sua estruturação. Uma das mais difundidas é a independência das organizações em relação às forças político-partidárias. Com base em Amazeen (2015), Neisser (2015) destaca que o *modus operandi* da verificação de fatos deve ser “livre de vinculações partidárias, defesa de temas políticos ou

---

<sup>14</sup> Disponível em: <<https://reporterslab.org/fact-checking/>>. Acesso em: 12 jun. 2020.



.....

retórica” (AMAZEEN, 2015 apud NEISSER, 2015, p. 191). A autonomia das entidades de checagem é vista por Neisser (2015) como requisito fundamental à conquista de credibilidade e confiança do público.

Outro aspecto vital das agências de *fact-checking* é a avaliação de fatos cognoscíveis – por ora, checáveis. Na verdade, a ausência de tal critério trata-se se revela dificultador. Amparado em Uscinski e Butler (2013)<sup>15</sup>, Neisser (2015) afirma que tal ausência se reflete em resultados tendenciosos, a exemplo da exposição negativa de um indivíduo constantemente checado em comparação a seus concorrentes.

Diante dos resultados obtidos no processo de checagem, é necessário apresentá-los de forma simples e objetiva ao público. Logo, a clareza na transmissão das informações é característica básica da atividade de *fact-checking*. Neisser afirma que a adoção de métricas classificatórias de fácil entendimento facilita a comunicação com os leitores. No ver do autor, a classificação das informações checadas não pode tender à trivialidade, à dualista visão do “verdadeiro” ou “falso”. Como exemplo, cita o *Truth-O-Meter* – escala do *PolitiFact* que dispõe de seis categorias – e o *Teste do Pinóquio*, modelo de classificação do *Washington Post* que abarca sete níveis de validação.

Ainda em relação à metodologia de avaliação das informações, Amazeen, Thorson, Muddiman e Graves (2015) debatem a existência e o desenvolvimento de métricas exclusivas de cada entidade de *fact-checking*. Segundo os autores, há divisão nesse quesito: certas agências escolhem explicitar o conteúdo das checagens no formato de texto (*FactCheck.org* e *TruthInAdvertising.org*), enquanto outras optam pelo uso de medidores gráficos, como etiquetas e “termômetros” (*PolitiFact* e *Fact Checker*).

A publicização de fontes e dados norteadores da checagem é outra importante premissa para desenvolvimento do *fact-checking*. Segundo Neisser (2015), cada agência tem método próprio para torná-los públicos, transparentes. O *PolitiFact*, por exemplo, insere uma coluna à direita do texto, com todos os *links* usados na checagem. Assim, o leitor pode consultar informações no domínio de origem e julgá-las segundo seu caráter.

---

<sup>15</sup> USCINSKI, Joseph E.; BUTLER, Ryden W. The epistemology of fact checking. *Critical Review*, v. 25, n. 2, p. 162-180, 2013.

Por fim, Neisser chama atenção a um “dote” que todo *fact-checker* deve ter: a versatilidade. Substanciado por Uscinski e Butler (2013), o autor expressa que é do feitio do profissional a incumbência de evidenciar as “ambiguidades e aproximações” que circundam conversas e diálogos no campo da política<sup>16</sup>. Por isso, o autor ajuíza como essencial a parceria de *fact-checkers* com especialistas das mais diversas áreas do conhecimento. O pesquisador defende a diversidade de temas tratados no setor político e diz que as fontes especializadas ajudam no esclarecimento de informações técnicas, que fogem do escopo jornalístico.

#### 4 Expansão de possibilidades

Embora a política seja a área de proeminência do *fact-checking*, já é possível encontrar projetos fora de tal área do conhecimento. Amazeen Thorson, Muddiman e Graves (2015) observam o nascimento, por exemplo, de agências de checagem no âmbito do entretenimento. Os autores referem-se a sites como o *TruthInAdvertising.org*, cujo trabalho de verificação se pauta em conteúdos de *marketing* e publicidade de serviços e produtos de consumo.

Até mesmo agências de checagem, que têm as declarações políticas como carro-chefe, diversificam os tipos de conteúdo verificados. O *PolitiFact* é lembrado por Amazeen Thorson, Muddiman e Graves (2015) graças à realização de checagem de dados sobre acidentes evitáveis entre o público infantil, veiculados em um anúncio de 45 segundos de uma companhia de seguros, durante o intervalo do *Super Bowl* de 2015. Os pesquisadores também citam o *SciCheck* – objeto empírico deste estudo – como uma das iniciativas de *fact-checking* surgidas como variante da temática política.

#### 5 Aspectos metodológicos

---

<sup>16</sup> Apesar de Neisser (2015) analisar o ofício do *fact-checking* na esfera política, neste artigo, cabe a transposição dos referidos apontamentos para o campo do jornalístico científico – uma vez que tais discussões ajudarão na reflexão do *fact-checking* como processo transcriador do discurso da ciência.

O objeto empírico deste estudo, conforme já ressaltado, é o *SciCheck*, editoria do site *FactCheck.org* voltada, exclusivamente, à checagem de afirmações científicas, feitas por políticos norte-americanos. Ou seja, o trabalho com as informações checáveis surge a partir de situações em que princípios científicos se misturam a questões estatais. O projeto de *fact-checking* opera desde janeiro de 2015, e se mantém financeiramente graças a bolsa da *Fundação Stanton*<sup>17</sup>. Além disso, o *SciCheck* conta com uma subseção, o *Ask SciCheck*, responsável por tirar dúvidas dos leitores sobre ciência e políticas públicas.

Nesta pesquisa, são analisadas, qualitativamente, as checagens publicadas pelo *SciCheck* – o que inclui as derivadas do *Ask SciCheck* – entre os meses de maio e julho de 2017<sup>18</sup>. O objetivo é examinar tais conteúdos sob a perspectiva transcriadora e, conseqüentemente, validar o *fact-checking* como processo alternativo de transcrição do discurso científico. Ao todo, foram coletadas 11 checagens para análise, publicadas entre os dias 5 de maio e 26 de julho. A média de publicação foi de, ao menos, uma checagem por semana.

## 6 Análise do *SciCheck* como transcrição do discurso científico

A princípio, percebe-se que a produção de checagens do *SciCheck* obedece a uma das asserções do jornalismo científico, citados por Silva Jr. e Antunes (2016), a partir das elucubrações de Destácio (2000). A análise do tratamento de diferentes temas científicos pelo projeto de *fact-checking* pode ser verificada na listagem a seguir:

Data	Declarações checadas
5 de maio	Trump no Acordo de Paris

<sup>17</sup> Empresa dos Estados Unidos especializada em segurança internacional e nuclear. Saiba mais em: <<http://thestantonfoundation.org/security>>. Acesso em: 12 jun. 2020.

<sup>18</sup> O projeto de pesquisa que culminaria com esta pesquisa se desenvolveu, ao longo de 2017, sob coordenação do professor Maurício Guilherme Silva Jr., no Centro Universitário de Belo Horizonte (UniBH).

12 de maio	Obama sobre taxas de obesidade infantil
19 de maio	A adição de opioides pode ser curada?
30 de maio	Os fatos sobre cigarros eletrônicos
1º de junho	<i>Fact-checking</i> do discurso de Trump sobre o clima
6 de junho	Gore e Pruitt debatem sobre os objetivos do Acordo de Paris
14 de junho	Acordo de Paris terá um efeito “minúsculo” no aquecimento?
21 de junho	Trump está errado sobre o aquecimento, de novo
3 de julho	Evidência científica e Tribunal EU
19 de julho	Bacon é melhor para você do que tilápia?
26 de julho	Smith distorce financiamento da NASA

**Quadro 1** – Relação das checagens do *SciCheck* (período: 5 de maio a 26 de julho)<sup>19</sup>

Como se pode ver, as checagens repercutem assuntos ligados a meio ambiente, alimentação, tabagismo, investimentos em tecnologia espacial, vacinação etc. Em suma: temáticas familiares ao universo científico. Todas as checagens são fundamentadas em inquirições sobre informações tidas como duvidosas – ou melhor, checáveis. Silva Jr. e Antunes (2016) afirmam que o ato de inquirir é imputável ao jornalismo científico. Outra prova, portanto, de que a iniciativa do *FactCheck.org* é uma prática jornalística que “diz a ciência”.

Em nove checagens registradas no período abrangido para estudo, notam-se declarações que induzem à incerteza, logo na parte introdutória do texto. Tais afirmações funcionam como gatilho para que os *fact-checkers* partam rumo a um trabalho investigativo. Na checagem publicada a 14 de junho de 2017, por exemplo, declaração do presidente dos EUA, Donald Trump, de que o Acordo de Paris reduziria a temperatura média global em escala “minúscula”, é apresentada no interior de um quadro cinza, em padrão destoante de todo o texto. Além do depoimento transcrito na íntegra, há o nome do emissor (neste caso, Trump) e a data em foi proferida a declaração (1º de junho).

Destaque-se, pois, que a declaração passível de verificação é o eixo inicial para o processo de transcrição do discurso científico. A partir da apresentação de tal declara-

---

<sup>19</sup> Os títulos das checagens foram traduzidos em português pelos autores deste artigo.

.....

ção, o *fact-checker* terá que exprimir sua capacidade “transcriadora”, segundo proposta conceitual de Silva Jr. e Antunes (2016). Além de contextualizar a afirmação a ser checada – para explicar o momento em que ela foi enunciada –, o *fact-checker* precisará promover um trabalho de pesquisa para encontrar respostas que embasem sua checagem (dados e documentos históricos, estatísticas, legislações etc.). Segundo Neisser (2015), as fontes encontradas devem ser de origem pública, pois o cidadão tem direito de saber onde elas estão armazenadas, para, assim, caso seja de seu interesse, poder acessá-las.

No momento de produção da checagem, o *fact-checker* “traduz” discursos de fontes de diversa natureza (autoridades políticas, especialistas, documentos, bancos de dados etc.). Recria, então, novas maneiras de dizer a informação científica. Tal “tradução”, porém, não equivale à literalidade e a exatidão. Neste processo, afinal, “perdas e impossibilidades” surgirão, conforme destaca Ricoeur (2011). Em relação ao *SciCheck*, tal decodificação dos discursos das ciências é ser percebida em quaisquer checagens.

Como exemplo, cite-se uma das fontes usadas no processo de checagem publicada em 21 de junho – referente a afirmação do secretário de Energia, Rick Perry, de que o dióxido de carbono não é o “botão de controle primário” para o aquecimento da Terra. Trata-se de relatório de 2014, ligado ao Painel de Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC)<sup>20</sup>. A *fact-checker* Vanessa Schipani reproduziu, no texto, parte de tal documento:

IPCC, 2014: as emissões antropogênicas de gases de efeito estufa aumentaram desde a era pré-industrial, impulsionadas principalmente pelo crescimento econômico e populacional. Agora, estão mais altas do que nunca. Isso levou a concentrações atmosféricas de dióxido de carbono, metano e óxido nitroso sem precedentes em pelo menos 800 mil anos. Seus efeitos, juntamente com os de outros motoristas antropogênicos, foram detectados em todo o sistema climático e são extremamente propensos a ter sido a principal causa do aquecimento observado desde meados do século XX. [...] O relatório ainda acrescenta: “as emissões de CO<sub>2</sub> provenientes da combustão de combustíveis fósseis e dos processos industriais contribuíram com cerca de 78% do

---

<sup>20</sup> A sigla é de origem inglesa: “Intergovernmental Panel on Climate Change”.

.....  
aumento total de emissões de GEE de 1970 a 2010 (SCICHECK, 2017, *tradução nossa*)<sup>21</sup>.

Entretanto, Vanessa Schipani não apenas cita, como, logo em seguida, explica brevemente, ao leitor, o que o trecho significa, uma vez que o relatório contém termos técnicos, comuns a especialistas de meio ambiente – ou seja, conserva, desse modo, suas “estrangeiridades”. Além de “transcriar” o discurso, a *fact-checker* age como “transleitora”, ao “traduzir” o texto de acordo com sua experiência jornalística e o contexto no qual a informação está calcada.

“Isso significa que, entre todas as atividades humanas que contribuem para o aquecimento global, a emissão de CO<sub>2</sub> faz o maior contributo. Ainda assim, existem outros fatores, como o desmatamento, a decomposição de resíduos em aterros sanitários e agricultura” (SCICHECK, 2017, *tradução nossa*)<sup>22</sup>.

Torna-se válido ressaltar que o processo de checagem, sugestivamente, possa ser uma forma de “transcrição” autoral no campo do jornalismo científico. Como o *SciCheck* trabalha com a checagem de afirmações científicas, pode-se considerar que o ato de checar, por si só, configurará o esforço, por parte do *fact-checker*, em “transcriar” um discurso cuja finalidade é desmistificar ou desvalidar fatos científicos – ou seja, o *fact-checking* propicia “discursos novos”, que confrontam aqueles amplamente divulgados, pela maioria, como “verídicos”, “inquestionáveis”. Por consequência, o *fact-checker* atua no sentido reverso, ao tentar mostrar outro viés da informação. O aspecto transcriador pode ser visto em qualquer uma das 11 checagens realizadas pelo *SciCheck*.

Interessante observar, ainda, que, excepcionalmente, algumas checagens usam etiquetas de classificação, tão debatidas por Neisser (2015) e Amazeen, Thorson, Mud-

---

<sup>21</sup> IPCC, 2014: “Anthropogenic greenhouse gas emissions have increased since the pre-industrial era, driven largely by economic and population growth, and are now higher than ever. This has led to atmospheric concentrations of carbon dioxide, methane and nitrous oxide that are unprecedented in at least the last 800,000 years. Their effects, together with those of other anthropogenic drivers, have been detected throughout the climate system and are extremely likely to have been the dominant cause of the observed warming since the mid-20th century”. [...] The report adds: “Emissions of CO<sub>2</sub> from fossil fuel combustion and industrial processes contributed about 78% of the total GHG emissions increase from 1970 to 2010.”

<sup>22</sup> “This means that, among all of the human activities that contribute to global warming, emitting CO<sub>2</sub> makes the largest contribution. Still, there are other drivers, such as deforestation, the decomposition of wastes in landfills and agriculture”.

.....

diman e Graves (2015). Entende-se, hipoteticamente, que tal uso possa ter caráter experimental, já que apenas duas checagens contaram com esse recurso visual. Uma delas, publicada no dia 12 de maio, diz que o ex-presidente americano Barack Obama afirmou, falsamente, que o programa de combate à obesidade infantil, *Let's Move* – fundado pela ex-primeira dama Michelle Obama –, ajudou a reduzir a taxa da doença “pela primeira vez em 30 anos”. No fim da matéria, a *fact-checker* apresenta quadro com a declaração do político, a foto de Obama e o selo “False”, que valida a afirmação após a checagem.

Mesmo que as etiquetas de classificação não sejam estratégia recorrente do *SciCheck*, é possível visualizá-las como formas facilitadoras da transmissão do discurso científico ao público comum. Conforme afirmou Bertolli Filho (2006), os jornalistas se valem de recursos linguísticos para “melhor comunicar os fatos da ciência”. Embora as etiquetas do *fact-checking* tenham apelo visual, a essência da afirmação do autor se aplica aqui, pois o sentido é de melhoria das práticas. Desse modo, os selos classificatórios também podem ser pensados como métodos transcriadores, visto que sintetizam o conteúdo circundado pela checagem, ao validar o caráter da afirmação científica.

No que concerne à autoria das checagens, eis uma descoberta: a jornalista Vanessa Schipani é a única responsável por fazer as checagens científicas. Ao consultar a seção “Our staff”, no site do *FactCheck.org*, vê-se que a área científica é especialidade da jornalista. De acordo com o miniperfil, Schipani agrega, em seu currículo, experiências profissionais na área de zoologia e filosofia, além de já ter atuado em projetos de pesquisa em vários campos da biologia.

Destaque, também, para as empresas jornalísticas – especializadas em coberturas científicas –, pelas quais a desenvolvedora do *SciCheck* já prestou serviços: *The American Scholar*, *The Scientist*, *EARTH*, *EuroScientist* e *BioScience*. Portanto, o *SciCheck* é coordenado por uma jornalista com vasta vivência em “transcrição” do discurso das ciências. Ou seja, todas as checagens científicas publicadas no site do projeto passam pelo crivo “transcriador” de Vanessa Schipani.

## Considerações finais

Embora o *fact-checking* dê os passos iniciais no campo das ciências, o *SciCheck* é um exemplo de como a prática de checagem pode resultar em transcrição jornalística de discursos especializados. Além de seguir princípios básicos do jornalismo científico – destaque para denúncia das falsas ciências e o uso de método atrativo no processo de difusão –, o projeto americano de *fact-checking* de afirmações científicas “transcria” novas narrativas, à medida que põe em xeque as informações passíveis de verificação.

Ou seja, a checagem das informações científicas compactua com a ideia de transcrição, visto que as conferições geradas pelo *SciCheck* são novas versões de fatos científicos – divulgados, publicamente, por personalidades políticas dos EUA, como se fossem autênticos, ilesos de dubiedade.

Os textos do *SciCheck* são embasados por dados e informações de fontes especializadas. No entanto, dada as “estranheiridades” do domínio no qual os conteúdos se originam, é de ofício da *fact-checker* Vanessa Schipani – única jornalista responsável pelo *fact-checking* – o ato de “traduzir” os discursos vindos de tais fontes. Após o trabalho de pesquisa e a triangulação de dados e informações, Schipani “recria” um novo texto, com os vários discursos captados. Tal texto, com suas perdas e limitações, destaca-se por seguir uma corrente opositora, ao se prontificar a checar uma afirmação veiculada, por muitos, como verídica.

Além disso, o uso – mesmo que experimental – de etiquetas de classificação corrobora com o esforço do *SciCheck* na busca por meios interessantes de dizer a ciência horizontalmente. Portanto, os selos criados pelo projeto de checagem podem ser vistos como um modo transcriador, que se constitui na validação de informações científicas.

## Referências

AMAZEEN, Michelle A. et al. **A comparison of correction formats**: The effectiveness and effects of rating scale versus contextual corrections on misinformation. 2015. Disponível em: <encurtador.com.br/klHO0>. Acesso em: 06 ago. 2017.

AMORIM, Luís Henrique de; MASSARANI, Luisa Medeiros. Jornalismo científico: um estudo de caso de três jornais brasileiros. **Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia**, v. 1,



n. 1, 2008. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rbect/article/view/225/198>>. Acesso em 06 ago. 2017.

ANNENBERG PUBLIC POLICY CENTER. **FactCheck.org**. Projeto de *fact-checking*. Disponível em: <<http://www.factcheck.org/>>. Acesso em 06 ago. 2017.

BERTOLLI FILHO, Claudio. Elementos fundamentais para a prática do jornalismo científico. **Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação**, 2006. Disponível em: <<http://www.bocc.uff.br/pag/bertolli-claudio-elementos-fundamentais-jornalismo-cientifico.pdf>>. Acesso em 06 ago. 2017.

MARIETTA, Morgan; BARKER, David C.; BOWSER, Todd. Fact-Checking Polarized Politics: Does The Fact-Check Industry Provide Consistent Guidance on Disputed Realities?. In: **The Forum**. 2015. p. 577-596. Disponível em: <<https://www.americanpressinstitute.org/wp-content/uploads/2016/02/Marietta-Barker-Bowser-2015-Forum.pdf>>. Acesso em 06 ago. 2017.

NEISSER, Fernando Gaspar. Fact-checking e o controle da propaganda eleitoral. **Ballot**, Rio de Janeiro, v. 1, n.2 p. 178-212, dez.2015. Disponível em: <<http://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/ballot>>. Acesso em 06 ago. 2017.

POMARES, Julia; GUZMÁN, Noelia. **The hardest check: measuring the impact of fact-checking**. Buenos Aires: Chequeado, 2014. Disponível em: <<http://livex.poynter.org/wp-content/uploads/2015/10/The-hardestcheck-1.pdf>>. Acesso em 06 ago. 2017.

SILVA JÚNIOR, M. G.; ANTUNES, E. Do desejo de traduzir à transcrição: apontamentos sobre a decodificação jornalística do discurso científico, com base em conceitos de Haroldo de Campos, José Paulo Paes e Paul Ricoeur. In: **E-Compós**, Brasília, v.19, p.1-20, 2016. Disponível em: <<http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/1302/893>>. Acesso em 06 ago. 2017.